

Após 30 anos de ocupação irregular, Prefeitura de Campo Grande regulariza comunidade Nova Esperança

O núcleo informal surgiu na década de 90, em aglomerados de barracos de madeira e lona; com o passar dos anos, foram substituídas por construções de alvenaria, mas ainda permaneciam na irregularidade

A Prefeitura de Campo Grande, por intermédio do trabalho da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Amhasf), finalizou o processo de regularização fundiária da emblemática comunidade Nova Esperança, composta por mais de 300 famílias, em parcelamento conhecido por Jardim Nanhá, na Capital.

Localizado na Região do Anhanduizinho, o Nova Esperança aguardava há mais de 30 anos a regularização de seus lotes. Após levantamento georreferencial e definido o projeto para a regularização, 354 imóveis foram selados e os dados foram enviados ao cartório para a promover as matrículas individualizadas. Em seguida, os moradores receberam as CRFs (Certidão de Regularização Fundiária), que é referente à etapa de implantação dos contratos junto à Amhasf.

Diante de mais de 30 décadas de espera, a população estava em descrença quanto à viabilização da regularização fundiária no local. Porém, depois que a Lei Federal n. 13.456/17 foi sancionada, possibilitou ao Executivo Municipal o início dos procedimentos para resolver a situação dessas famílias que há tantos anos aguardavam essa oportunidade.

Ela fomentou o desejo da municipalidade em resolver todos os problemas fundiários existentes na Capital, de forma menos burocrática e com o devido respaldo jurídico. Após a aprovação do projeto do novo loteamento, a Amhasf implantou os contratos de compra e venda e o projeto foi concluído com êxito. Todas as famílias da comunidade receberam seus respectivos contratos e as matrículas averbadas em cartório.

Promoção da segurança e desenvolvimento

Em agosto de 2021, durante o Feirão Habita Campo Grande, evento promovido pela Amhasf em comemoração ao aniversário da cidade, o loteamento Nova Esperança foi oficialmente entregue à população. O trabalho segue junto a algumas famílias que, por se tratar de uma comunidade populosa, ainda possuem documentações pendentes junto à Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários.

A regularização fundiária é importante pois proporciona à comunidade a inserção regular à malha urbana. A moradia passa a ter número de quadra e lote regulares, além de ser um instrumento de cidadania, já que confere segurança jurídica de que as famílias tanto necessitam para garantir o abrigo às novas gerações.